

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE**

**AS IMIGRAÇÕES NO LIMIAR DO SÉCULO XIX E SEUS
DESDOBRAMENTOS NA GÊNESE DO SINDICALISMO BRASILEIRO: uma
análise histórica da luta anarquista e sua influência na construção do Direito do
Trabalho**

Orientanda: Katharine Alexsandra Berthoulini Ferreira

Orientador: Prof. Dr. Everaldo Gaspar Lopes de Andrade

Recife, 2017.

KATHARINE ALEXSANDRA BERTHOULINI FERREIRA

**AS IMIGRAÇÕES NO LIMIAR DO SÉCULO XIX E SEUS
DESDOBRAMENTOS NA GÊNESE DO SINDICALISMO BRASILEIRO: uma
análise histórica da luta anarquista e sua influência na construção do Direito do
Trabalho**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do
título de Bacharelado em Direito pela
Universidade Federal de Pernambuco

Orientador: Prof. Dr. Everaldo Gaspar Lopes de Andrade

AGRADECIMENTOS

Me lembro que, a quatro anos atrás tentei escrever meus primeiros agradecimentos em uma carta que pensava que, algum dia, teria coragem de entregar aos meus pais. Entretanto, nunca tive. Sempre olhava para aquele papel e pensava que somente aquilo não chegava. Tenho consciência de que somente isto não chega, não é suficiente, mas ainda assim, deixo aqui uma pequena lembrança para todos aqueles que me guiaram e me suportaram até agora (e talvez para sempre).

Quando penso na minha trajetória acadêmica, não posso deixar de lembrar de todos os Professores e Professoras, funcionários e funcionárias que deram o impulso que eu precisava para continuar em frente, para continuar acreditando que valia a pena estar ali, muitas vezes mesmo sem que soubessem. Admirei e espero continuar admirando muitos dos integrantes da Faculdade de Direito do Recife. Espero um dia conseguir inspirar alguém como eles e elas fizeram comigo.

Especialmente, gostaria de deixar aqui um registro do carinho que tenho pelo Professor Gaspar de Andrade, que tive a oportunidade de conhecer enquanto cursei a Disciplina de Direito do Trabalho no ano de 2015 e que desde então não largo do pé. O senhor é um grande exemplo para mim. Agradeço muito pelo seu tempo, pela sua paciência, disponibilidade e orientação. Espero conseguir levar para sempre comigo não só o que aprendi dentro do Direito com o Professor, mas também todo o amor e alegria que passas para todos nós.

Ao Professor Ariston Flávio Freitas da Costa e as Professoras Fernanda Barreto Lira e Rose Dayanne Santos de Brito, cujos trabalhos me foram apresentados pelo Professor Gaspar e, aqui, não posso deixar de reconhecer que foram de extrema importância para o desenvolvimento da minha Monografia.

As minhas amigas e amigo, Camila, Rafael e Larissa, que aguentaram parcialmente todas as minhas crises existenciais durante esses anos. Amo vocês.

Por fim, a minha família, a minha mãe, Christine, ao meu pai, Demócrito e a minha irmã Rani, que estiveram comigo nos momentos mais divertidos, mais chatos e mais difíceis até aqui. Nunca vou poder retribuir a todos vocês na mesma medida em que senti tudo que me passaram.... Espero, todavia, ter forças para continuar sempre tentando. Talvez um dia eu chegue lá.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso enquadra-se na esfera do Direito do Trabalho. Dentro desta Área, busca retratar um período específico da evolução do Sindicalismo no Brasil, que como traz em seu título, está limitado aos seus primeiros anos, com a influência do Anarcossindicalismo dentro do Movimento Operário, adquirindo assim uma faceta histórica daquele ramo do Direito. Trata igualmente dos elementos influenciadores que trouxeram e foram diretamente responsáveis pela propagação e desdobramentos da teoria libertária no país.

PALAVRAS-CHAVE: Imigrações; Anarcossindicalismo; Direito Trabalho; Movimento Operário; Revisão Histórica.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA	8
2. AS PRINCIPAIS VERTENTES DO PENSAMENTO ANARQUISTA.....	11
3. OS PRECURSORES DO ANARQUISMO	13
3.1. Proudhon: Da filosofia do Anarquismo	14
3.2. Bakunin: O anarquista contra o comunismo	15
3.3. Kropotkin: A figura central do Anarcocomunismo	15
3.4. Malatesta: A resistência pela força	16
3.5. Socialismo versus Anarquismo	17
4. A HISTÓRIA DO ANARCOSSINDICALISMO NO BRASIL. O APOGEU DO MOVIMENTO OPERÁRIO E SUA EXPERIÊNCIA IDEOLÓGICA.	18
4.1. A imigração e a formação da nova classe operária no Brasil	19
4.2. As opressões e perseguições ao movimento operário	21
4.3. A sindicalização irregular, a conspiração estrangeira e as lutas de resistência proletária	22
4.4. O Anarquismo dentro do Movimento Operário.....	24
4.5. As reais condições dos trabalhadores durante a primeira fase do Movimento Operário	26
5. O DECLÍNIO DO MOVIMENTO OPERÁRIO	28
5.1. A questão da legislação social, a forte repressão do Estado e a perda de força da luta operária	30
6. A CRIAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO E A SUA INFLUÊNCIA NO FIM DO ANARCOSSINDICALISMO E DO ANARCOCOMUNISMO.....	32
7. O SINDICALISMO E AS SUAS TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS: A RETOMADA DO ANARCOSSINDICALISMO	35
6.1. As novas teorias dos movimentos sociais, um novo internacionalismo operário e a influência do anarquismo nos debates atuais	36
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42

INTRODUÇÃO

O trabalho de conclusão de curso que aqui está apresentado, tem como objetivo abordar a temática do Anarcossindicalismo¹ no Brasil. Passando pelas grandes imigrações dos fins do século XIX e pela influência dos ideais Anarquistas no início do movimento sindical brasileiro, tenta trazer um tema que muitas vezes é esquecido por parte da doutrina quando trata da formação operária no Brasil.

Tendo sido dividida em sete capítulos, depois de contextualizado o tema dentro do momento após a Proclamação da República, a pesquisa traz uma pequena introdução as principais vertentes do pensamento anarquista, sendo apresentado breves comentários sobre os principais teóricos do Movimento Anarquista: Pierre-Joseph Proudhon, Mikhail Bakunin, Piotr Kropotkin e Errico Malatesta.

A partir da contribuição dada por estes para a ideologia libertária, passamos para um aprofundamento do tema, focando nas migrações e no início da história do anarcossindicalismo brasileiro, a formação de fato de uma classe operária consciente do seu poder e que, a partir daquela altura, passa a lutar por direitos trabalhistas dentro do país. O quarto capítulo aborda as problemáticas enfrentadas pela classe operária, dedicando pontos específicos para as perseguições ao movimento, à sindicalização irregular, às reais condições dos trabalhadores durante a primeira fase do Movimento Operário Brasileiro.

Em sequência, no quinto capítulo, cujo título é “O declínio do movimento operário”, é dada uma maior atenção a questão da legislação social, a forte repressão do Estado e aos desdobramentos das grandes greves ocorridas entre 1917 e 1920.

Em “A criação do partido comunista brasileiro e a sua influência no fim do anarcossindicalismo e do anarcocomunismo”, é trazida uma abordagem histórica sobre a formação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado em 1922, e como este fato

¹ Partimos da apresentação dos dicionários: Aurélio; Houaiss. Neles, os termos anarcossindicalista e anarcossindicalismo estão sem hífen. De acordo com os preceitos ortográficos todos os vocábulos formados com o elemento inicial anarco partem de uma sequência não hifenizada. Tal como: anarcossindicalismo, anarcossindicalista, anarcopacifista, anarcocomunismo. Os casos divergentes presentes neste trabalho são em face de referências às obras cuja edição são anteriores à reforma.

foi determinante para o fim do Anarquismo como norteador da luta operário dentro do país.

Por fim, no sétimo capítulo, intitulado como “O sindicalismo e as suas tendências contemporâneas: a retomada do anarcossindicalismo”, traz-se uma abordagem da crise atual do sindicalismo e a procura por uma nova perspectiva, por um novo rumo e sentido. Assim, também é apresentado um pouco sobre a crise do mundo contemporâneo, o que faz com que seja muito importante, para que o movimento não esteja continuamente a perder força, a busca por um internacionalismo operário, e, finalmente, um pouco sobre as novas teorias dos movimentos sociais e a influência do Anarquismo nos debates atuais.

É, desse modo, um trabalho que tenta complementar, mesmo que com modesta contribuição, o que se tem hoje na doutrina. Sobre o respectivo tema as pesquisas desenvolvidas pelo professor: Ariston Flávio Freitas da Costa e pelas professoras: Fernanda Barreto Lima foram de fundamentais para o desenvolvimento, aqui apresentado. Continuo estando sempre aberta a críticas e consciente de que, aqui, apenas dou meus primeiros passos.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

Costuma-se dividir didaticamente a história política do Brasil em três fases: a do período Colonial, a do regime Monárquico, e finalmente, a República.

A queda da Monarquia deu-se por uma série de fatores, cada um com um determinado peso. Em primeiro lugar, tinha-se um Exército e um setor com grande expressividade da burguesia cafeeira de São Paulo, organizado politicamente no PRP – Partido Republicano Paulista (FAUSTO, 2012, p. 201), que defendia o ideal Republicano, o Federalismo e o fim da escravidão.

Alguns historiadores gostam de destacar o papel que coube a disputa entre a Igreja, o Estado e a Abolição. O fato é que a queda do regime esteve muito mais ligada a uma disputa entre elites divergentes, e, considerando a atuação da Igreja, esta já não tinha mais forte influência entre os monarquistas e, tampouco, entre os republicanos.

No que diz respeito à Abolição, o Imperador de fato demonstrava, através de suas iniciativas, uma tendência à extinção do regime escravista. Isto acabou por causar fortes ressentimentos entre proprietários rurais, que, mais tarde, vieram a subsidiar o fluxo migratório para enfrentar a crise de mão de obra escrava nas fazendas de café do Vale do Paraíba (ANDRADE, 2015, p. 77).

A primeira República brasileira deveria estar embasada nos preceitos de Ordem e Progresso. Este, como afirma o Professor Boris Fausto, implicava diretamente na modernização da sociedade pela ampliação dos conhecimentos técnicos, no crescimento da indústria, na expansão das comunicações.

Desse modo, graças à movimentação causada pela burguesia do café, observa-se que uma das grandes marcas deixadas no Brasil de então – apontamentos de análises socioeconômicas das últimas décadas do Século XIX e início do Século XX – foi a quantidade de imigrantes europeus e asiáticos recepcionados pelo governo.

Cerca de 3,8 milhões de estrangeiros entraram no Brasil entre 1887 e 1930. O período de 1887-1914 concentrou maior número, com cifra aproximada de 2,74 milhões, cerca de 72% do total. Essa concentração se explica, entre outros fatores, pela forte demanda de força de trabalho para a lavoura de café, naqueles anos. A Primeira Guerra Mundial reduziu muito o fluxo de imigrantes, mas após o fim do conflito (1918) contatamos uma nova corrente imigratória que se prolonga até 1930. (FAUSTO, 2012, p. 236).

Esses novos trabalhadores, principalmente italianos, portugueses e espanhóis, tirados em sua maioria da Zona Rural dos seus países, vinham para o Brasil com

promessas de boas oportunidades aqui. O que de fato encontraram, entretanto, foram extenuantes jornadas laborais e condições de alojamento e de trabalho muito precárias e, assim sendo, não foram poucos os que acabaram por voltar (ANDRADE, 2015, p. 77).

Segundo Lopreato (*apud* ANDRADE, 2015, p. 78), aqueles que não regressaram acabaram por migrar para a grande São Paulo para dar um grande impulso a ainda recente atividade industrial, sendo muitos deles identificados pelo governo de então como anarquistas.

Sheldon Maran estuda o período de 1890 e 1920, afirmando que é justamente devido ao aumento do fluxo migratório provindo da Europa que se alastra e toma força a militância anarquista no Brasil. Afirma ainda que não foram poucas as dificuldades enfrentadas por esses ativistas. Mas, ainda assim, tem-se na segunda semana de Julho de 1917 uma paralisação de toda a indústria, do comércio e dos transportes da cidade de São Paulo, cujo início deu a partir de uma greve na indústria têxtil, a maior até então já vista.

Em São Paulo, foram duas as principais correntes de militância que se pode observar: o anarcossindicalismo e o anarcocomunismo. Aqueles acreditavam que as reivindicações de caráter trabalhista poderiam vir a obscurecer o objetivo maior do movimento, que seria pôr fim ao regime capitalista de produção (ANDRADE, 2015, p. 78). Já este, que substituiu as associações de caráter assistencialista e beneficente de até então, estava voltado para o engajamento dos trabalhadores nas organizações sindicais e nos movimentos operários, através dos quais seriam obtidas as conquistas.

Os reflexos daquelas primeiras greves foram impactantes e mostravam um começo do que estava por vir. Fausto destaca que

[...] ela abrangeu praticamente toda a classe trabalhadora da cidade, em um total de 50 mil pessoas. Durante alguns dias, os bairros operários do Brás, da Moca e do Ipiranga estiveram em mãos dos grevistas. O governo mobilizou tropas, e a marinha mandou dois navios de guerra para Santos. Afinal, chegou-se a um acordo com os industriais e o governo pela mediação de um Comitê de Jornalistas. Houve um aumento de salários, aliás logo corroído pela inflação, e vagas promessas de se atender às demais reivindicações. (FAUSTO, 2012, p. 257-258).

A análise que ora se empreende é, portanto, de reconstrução histórica do surgimento do sindicalismo brasileiro a partir dos movimentos imigratórios do fim do século XIX e início do século XX; entendendo as influências externas na construção de um movimento que se deu nas grandes capitais brasileiras da época em prol da classe

operária brasileira, formando o que se chama hoje de primeira fase do sindicalismo no Brasil.

2. AS PRINCIPAIS VERTENTES DO PENSAMENTO ANARQUISTA

O anarquismo, como doutrina, tem origem na Alemanha de 1840 com Max Stirner e Wilhelm Weitling, influenciados por Pierre-Joseph Proudhon e Georg Wilhelm Friedrich Hegel (WOODCOCK, 2006, p. 212). Entretanto, como pensamento filosófico, diz-se que sua origem está ainda nas escolas da Grécia antiga.

O termo Anarquismo tem origem no termo grego *anarcia*, sem Governo; e através desse vocábulo sempre se entendeu uma sociedade livre de todo domínio político autoritário, na qual o homem apenas se afirmaria por meio da própria ação exercida livremente em um contexto sócio-político em que todos deverão ser livres (BOBBIO, 1998, p. 23). De acordo com Gigi Damiani, o ponto de vista comum em torno do qual todos os anarquistas se reúnem, considerando que o mesmo reagrupa todas as tendências do anarquismo, sendo:

[...] aquele que conduz à mesma meta e que se caracteriza no fato de se manter o movimento anárquico com uma feição que o distingue de todos os outros movimentos político-social: a concepção de um futuro para a Humanidade que exclua todo o princípio de autoridade, de domínio e de exploração do homem pelo homem. (DAMIANI, 1963, p. 21).

A liberdade é um princípio vital para o anarquismo, não podendo ser limitada. Contudo é necessário saber usar a liberdade de modo que a ideia de solidariedade, que é uma tendência humana, não acabe por se tornar um mito. Os anarquistas entendem que o homem em sua essência é bom e que os interesses criados é que transformam o homem, tornando-o mau (COSTA, 2016, p. 13). Para um melhor entendimento dessa ideologia que muito influenciou os movimentos sociais de meados do Século XIX, é importante que seja feita uma análise da sistemática das bases sobre as quais se apoiavam as sociedades de então, dando maior atenção ao surgimento do anarquismo reivindicativo e a sua influência nas transformações sociais.

Estudar sob uma perspectiva teórica esta ideologia pode ser uma atividade difícil para o pesquisador ou pesquisadora, tendo em vista que o acervo bibliográfico a respeito do anarquismo é, de certo modo, reduzido. Isso se dá pelo fato de que os escritores anarquistas são de um modo geral muito mais ativistas do que teóricos. Isso acaba também por refletir na questão do que significa o anarquismo e quais seriam suas propostas, sendo fundamental a abordagem crítica dos diversos conceitos de anarquismo e suas múltiplas correntes históricas (COSTA, 2016, p. 15).

Paul Eltzbacher, motivado pela insuficiência teórica que encontrou nos estudos sobre o movimento, tornou-se um dos pioneiros no estudo acadêmico sobre a ideologia anarquista. Muitos a ele se seguiram, como, por exemplo, Piotr Kropotkin, Counter-Power, Lucien van der Walt e Michel Schimdt.

Existe ainda um forte problema, no que diz respeito a definição do Anarquismo. A concepção do que ele vem a ser pode mudar de acordo com a vertente analisada ou de acordo com a perspectiva de cada historiador. Sendo assim, é importante, para o melhor entendimento da ideologia libertária, encontrar uma forma de sintetizar as ideias que ali foram mais latentes: resumidamente, então, tem-se que o ideal anarquista estabelece a necessidade de uma reconstrução da visão do indivíduo e de sua relação em sociedade, ou seja, pretende realizar uma reconstrução social.

Outro problema que se apresenta relaciona-se à deturpação da expressão “anarquia”. Durante a Revolução Francesa, a palavra passou a ser usada com um sentido negativo, já que nesse momento da história significava, o “anarquista”, aquele que era portador de patologias movido por sentimentos destrutivos.

Numa perspectiva etimológica, sabe-se que o radical grego “*anarchos*” designa a expressão sem governante, o que, por um lado, tem uma faceta positiva, no sentido da concepção de uma sociedade que não necessita de um governo; e por outro, negativa, quando pode estar se referindo a uma sociedade desprovida de governo e de auto-organização (WOODCOCK, 2014, p. 8). O fato, é que a essência do anarquismo, dentre os mais variados teóricos, é a oposição sistemática à presença de um Estado autoritário: é uma ideologia antidogmática que condena qualquer forma de autoridade e fundamenta-se na supremacia da liberdade individual (COSTA, 2016, p. 20).

O Anarquismo não prega o caos e a desordem devido à ausência do governo. A sociedade atual se desenvolveu com base na ideia de que um governo é necessário para evitar a natural desordem humana, entretanto, a teoria libertária traz a ideia de que a organização da sociedade deveria se dar de forma natural de acordo com o estado de cooperação mútua entre as pessoas.

3. OS PRECURSORES DO ANARQUISMO

Estando superada a concepção do Anarquismo como sendo algo ruim para a ordem social e tendo se estabelecido o mesmo como uma ideologia que traz uma proposta de reconstrução, faz-se neste momento necessária uma análise do momento histórico em que esta doutrina surgiu.

O século XIX teve uma relevância notável para a teoria libertária. Dentre os autores que trabalham o tema, podemos perceber uma congruência no que diz respeito à ideia de que o anarquismo foi, na verdade, um desdobramento do Socialismo, dentro de um contexto particular dos âmbitos econômico, social e político (COSTA, 2016, p. 26).

Levando isto em consideração, diz-se que o Século XIX foi muito importante para a autonomia da doutrina Anarquista, tendo três principais eventos que contribuíram para tal: primeiro, em 1840, quando Proudhon, ao se auto intitular anarquista, traz uma conotação positiva para o termo; em seguida, a entrada de Bakunin para a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), com a construção da Democracia Socialista em 1868; e, por fim, a saída dos anarquistas da AIT e a posterior formação da Internacional Federalista, já em 1872. Cem anos depois, em 1972, já se considera que a ideologia anarquista se encontrava consolidada (COSTA, 2016, p. 26).

Proudhon é uma peça importante na doutrina, tendo feito uma análise real das políticas autoritárias implementadas na França e desenvolvido a partir daí teorias que se tornaram basilares para o anarquismo. Entretanto, reconhecê-lo como grande influenciador não nos pode deixar esquecer a contribuição de outros grandes teóricos que só foram reconhecidos tardiamente, como, por exemplo, Stirner e William Godwin.

O pensamento de Godwin era direcionado para a oposição total a qualquer tipo de autoritarismo, alegando que o governo não possuía autoridade para ser respeitado, procurava, em sua obra, analisar como os governantes atacavam o desenvolvimento moral dos indivíduos, incitando infelicidade na sociedade (NETTLAU, 2008, p. 43).

Stirner, que também só veio a ser reconhecido mais tarde, traz mais uma vez o governo como inimigo da liberdade individual na sua obra *O ego e o que a ele pertence*. O que o filósofo propõe é a aniquilação do modelo societário vigente, que consiste em uma subjugação do homem pelo outro através da propriedade, e sugere a formação da União dos Egoístas, em que cada indivíduo salvaguarda sua própria liberdade (COSTA, 2016, p. 28).

Alguns teóricos do anarquismo não consideram Stirner como sendo puramente desta vertente do pensamento, a exemplo de Berthier. Chega a afirmar que a ideia proposta por aquele, de um indivíduo egoísta, aproxima-se muito mais de um liberalismo radical, do que propriamente do anarquismo (NETTLAU, 2008, p. 190). Mas, a despeito disto, não se pode desconsiderar que sua crítica ao Estado e sua defesa a liberdade individual se assemelham a crítica do ideal Anarquista (COSTA, 2016, p. 28).

3.1. Proudhon: Da filosofia do Anarquismo

Inovador na consolidação dos pilares Anarquistas, Proudhon, como já havia exposto, foi o primeiro teórico a se autodenominar anarquista. Criticava a questão da propriedade, que, a seu ver, não era um direito, mas, sim, uma forma de subjugar os indivíduos com o intuito de perpetuar a hierarquia entre os mesmos através da posse da propriedade. Para além disso, consegue sugerir a reformulação da sociedade que se apoia na propriedade como instrumento de dominação.

Formula as bases de um Anarquismo centrado no mutualismo, voltado para o âmbito econômico. No âmbito político, centrado na ideia de Federalismo. Neste caso, encontra aí um instrumento para eliminar a guerra e a rivalidades políticas, defendendo também a abstenção ao voto e legitimidade da classe operária definir suas próprias pautas (WOODCOCK, 2014, p. 153 apud COSTA, 2016, p. 29). Já na questão econômica, ao defender o mutualismo, afirma a livre associação dos indivíduos de acordo com o que lhes convém, tendo por base a generosidade e reciprocidade entre eles.

O pensamento de Proudhon foi bastante difundido, despertando diversas interpretações. Entretanto, é indiscutível a proximidade com a Filosofia Anarquista. Ainda assim, ressaltam alguns autores o carácter contraditório de alguns de seus posicionamentos, a exemplo da hesitação acerca do uso da violência, que, em determinados momentos, de acordo com o autor, pode vir a serviço de uma revolução rápida, e em outros, o mesmo defende a mudança social lenta e pacífica (COSTA, 2016, p. 30).

3.2. Bakunin: O anarquista contra o comunismo

Diz-se que o Anarquismo militarista de Bakunin foi marcado pela sua forte personalidade e pelo seu ímpeto revolucionário. Ele foi influenciado pelas ideias de Proudhon, no que diz respeito a questão de um governo explorador. Desenvolveu o seu raciocínio no sentido de questionar as decorrências autoritárias presentes no Socialismo Marxista (COSTA, 2016, p. 31). Afirmava ele que o Estado usava da violência para impor seus interesses. Defendia que também que as modalidades de governo, fossem elas qual fossem, agiam com o intuito de hierarquizar as classes e subjugar as pessoas. O ponto central da sua teoria estava na compreensão de que o Estado não seria um instrumento reacionário devido as classes que o dirigem, já que esta característica seria em verdade a sua essência (COSTA, 2016, p. 32).

Outra questão marcante que viveu e foi influenciador direto, diz respeito ao conflito que veio a surgir entre os ideais Anarquistas e os Marxistas; fase esta que culminou na ruptura entre anarquistas e socialistas na Primeira Internacional (1864) e, em sequência, na formação da Internacional Antiautoritária, da qual participavam os anarquistas e os que faziam oposição ao Socialismo Marxista.

O conflito entre marxistas e coletivistas girava em torno de como se daria a passagem para a extinção do Estado e a composição da sociedade futura (WOODCOCK, 2014, p. 191 apud COSTA, 2016, p. 33). O confronto entre Bakunin e Marx muito prejudicou a disseminação das teorias daquele, tanto que os seus ideais só vieram a ser reavivados em 1895 por Kropotkin (NETTLAU, 2008, p. 177). Mas, entretanto, é impossível negar a sua importância e a sua função decisiva na experiência prática do Anarquismo.

3.3. Kropotkin: A figura central do Anarcocomunismo

Kropotkin é personagem principal do Anarcocomunismo. Sua ideologia foi reflexo direto do seu contexto social, isso porque, como militar do governo do Czar Alexandre II, foi responsável pela medida que decretou o fim da servidão na Rússia, em 1861. A partir deste momento percebeu a contradição de um governo que apesar de ser capaz de estabelecer tal medida, continuou a exercer domínio sobre a liberdade do seu povo.

“No anarcocomunismo também se critica a propriedade e exploração do trabalho, responsáveis pela celeuma que atinge o proletariado. Assim, Kropotkin defende a ideia de substituição do Estado pela Comuna, agrupamento formado voluntariamente pelas pessoas ligadas por seus interesses em comum que culminam numa rede em comum de Comunas e cooperam entre si.” (COSTA, 2016, p. 36)

É assim, portanto, que temos a principal diferença entre o Anarcocomunismo e as outras linhas teóricas do Anarquismo, ou seja, a forma como é feita a distribuição do trabalho entre os integrantes daquela sociedade. No Anarcocomunismo, de acordo com Kropotkin, dentro da sociedade natural, cada um trabalharia de acordo com suas aptidões e, consoante a sua necessidade, receberia.

O tema deste trabalho envolve a ideia do Anarcossindicalismo e de como esta corrente veio a influenciar no Movimento Sindical Brasileiro (MSB). Assim, tem-se que, entre este e o Anarcocomunismo, a principal diferença encontra-se no seu meio de ação: na medida em que o segundo não defende a greve parcial e pretende a revolução espontânea dos indivíduos, o anarcossindicalismo é adepto da greve parcial e tem no sindicato um instrumento de conscientização dos trabalhadores (COSTA, 2016, p. 40).

3.4. Malatesta: A resistência pela força

Para finalizar os marcos teóricos do movimento, a pesquisa se refere ao anarquista Enrico Malatesta. Para ele, a ideologia libertária era uma ideologia histórica que tinha como objetivo abolir a propriedade individual e a autoridade proveniente dos proprietários e do governo, já que estes exercem dominação por meio da força física. Como consequência disto, para Malatesta, a revolução deveria ser igualmente violenta.

A sua tática de luta estava embasada na divulgação de ideias com a finalidade de desenvolver no proletariado a necessidade de associação e resistência visando, com o uso de todos os meios materiais necessários, suscitar grandes reivindicações e combater até a conquista da liberdade (COSTA, 2016, p. 42). Para ele, era ainda de extrema importância que esta tática compreendesse o reconhecimento por parte do povo da necessidade de organização para que aluta pudesse alcançar o seu objetivo, já que é a própria organização que gera a capacidade de resistência contra as adversidades da luta contra o Estado.

Achava importante a existência da organização, mas Malatesta reconhecia também que, por causa e efeito da diversidade de lutas e tendências Anarquistas, deveria ser livre o direito de organização, de acordo com o modo pelo qual os anarquistas pretendiam trabalhar pelo movimento, até porque os meios e condições de lutas não seriam os mesmos em cada situação prática. Para ele, a anarquia se estabeleceria quando houvesse uma sociedade organizada sem nenhuma autoridade, e por autoridade entendia aquela que consistia na capacidade de impor a sua vontade.

3.5. Socialismo *versus* Anarquismo

São muitas as diferenças entre o Socialismo e o Anarquismo, de modo que, aqui, se faz necessário pontuar as principais. A primeira dessas distinções consiste no fato de que os primeiros buscam o avanço da sua ideologia de uma forma mais lenta, já os anarquistas acreditam que isso só poderia se dar através de uma revolução imediata.

Os socialistas querem o poder, de qualquer forma. Seja ele de forma pacífica ou violenta. Uma vez chegado ao poder, ao governo, querem impor às massas, seja de forma ditatorial ou democrática, seu programa. Os socialistas são autoritários, os anarquistas são libertários. Na concepção anarquista, todo governo é mau e, pela própria natureza, é destinado a defender uma classe privilegiada já existente. Caso não exista, cria uma nova. É inerente à necessidade do governo tomar para si a própria classe privilegiada. (COSTA, 2016, p. 47).

Outro ponto importante é que, dentro de uma sociedade Socialista, quando a propriedade individual estiver abolida, a distinção entre classes não mais existir. Seria, pois, o Estado o responsável por representar os cidadãos. A partir daí, tornar-se-ia um órgão imparcial no que diz respeito aos interesses sociais de todos os membros daquela sociedade (COSTA, 2016, p. 47).

A doutrina Anarquista, como antes já foi explicitado, vai contra toda forma de centralidade, defendendo a abolição de todo o modelo de sociedade existente para, sobre este, recriar uma nova estrutura política, organização econômica, um novo sistema de valores que não tenha por base a desigualdade entre os homens e a relação agressiva e hierárquica que provém daí, sem a necessidade de criação de um partido político para tanto, ponto que colide diretamente com a ideologia Socialista.

4. A HISTÓRIA DO ANARCOSSINDICALISMO NO BRASIL. O APOGEU DO MOVIMENTO OPERÁRIO E SUA EXPERIÊNCIA IDEOLÓGICA.

O início do Movimento Sindicalista no Brasil foi, de certo modo, negligenciado pela doutrina. Sendo assim, o resgate histórico do movimento anarquista e do posterior desenvolvimento do movimento operário no Brasil, que se deu em grande escala pelas influências daquela ideologia, é de extrema importância para entendermos o que nos influenciou até o cenário que se estabelece hoje em dia.

A história do movimento associativista de trabalhadores no Brasil está ligada diretamente com a introdução de ideias Anarquistas em território nacional e com a imigração (COSTA, 2016, p. 50). O movimento Anarquista foi o que favoreceu a organização do proletariado, que, quando organizado em sindicatos, passou a ter mais força no pleito de seus direitos.

O Brasil do Século XX não possuía um ambiente favorável à luta organizada. A organização econômica do país tinha uma estrutura simples, onde, basicamente, duas classes predominavam: a do proprietário rural e a da massa da população que era a mão de obra escrava brasileira. Durante o correr dos anos o que se pode dizer de diferente com relação a esta estrutura está no produto produzido para a exportação, produto este que vinha somente corresponder às necessidades estrangeiras, mas que também reforçava a base tradicional da economia brasileira: a grande propriedade monocultural – voltada inteiramente para a produção intensiva de uns poucos gêneros destinados à exportação – trabalhada por escravos (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 168-169). E, nesse contexto, é difícil conceber a ideia de uma integração de trabalhadores que lutassem por condições mínimas de dignidades dentro do trabalho. “As chamadas corporações de ofício que antecederam os sindicatos no contexto europeu não encontravam reverberação na sociedade proletária do Brasil” (COSTA, 2016, p. 51).

Mas, por outro lado, essa fase inicial da luta sindical no Brasil contou com um ambiente de muita conturbação política, ideológica e econômica; o que, de certo modo, é extremamente produtivo para as lutas operárias. Alguns historiadores usam a expressão anarcossindicalismo, outros sindicalismos revolucionários, para definir esse momento que foi marcado por uma forte aversão ao poder público, por uma ruptura dos limites impostos pelo Estado (COSTA, 2016, p. 52). O início do anarquismo no Brasil, foi marcado pela ausência de centralização, pela falta de participação político-parlamentar e pela carência de organização (AZEVEDO, 2002, p. 38).

É essa estrutura da economia brasileira que torna possível a criação dos quilombos, pelos trabalhadores negros advindos da África, como forma de resistência. Não foi somente um lugar transitório e improvável, tampouco pode-se dizer que cumpria somente um papel de desobediência às coordenadas estabelecidas. “A experiência dos quilombos construiu um lugar radicalmente novo no panorama político, capaz de conciliar, em igual medida, resistência, negociação, rejeição e convivência” (SCHWARCZ, 2015, p. 98).

4.1. A imigração e a formação da nova classe operária no Brasil

No período do fim da escravidão e início da Nova República, uma série de esforços foi feita para atrair imigrantes europeus, atraídos pela propaganda de ofertas de emprego e serviço, imigrantes estes que viriam a complementar a futura mão de obra brasileira e assim dar início ao movimento operário aqui.

Ao fim da escravatura, surge uma nova concepção de sociedade, a política dentro do Brasil sofre alterações e dá-se início a um novo momento na estrutura da mão de obra brasileira. Os imigrantes que aqui chegaram “foram a principal fonte de energia na fase inicial e um movimento que tomava corpo e mudaria por certo a estrutura do trabalho em nosso país” (COSTA, 2016, p. 56).

Em termos numéricos, estima-se que chegaram, na América Latina, em torno de onze milhões de imigrantes. A Europa via uma oportunidade de expelir parte de sua população pobre e desempregada. É assim que, entre 1871 e 1920, entraram no Brasil 3.390.000 imigrantes, que fixaram residência principalmente em São Paulo, já que aí o governo estadual foi mais ativo na criação de incentivos aos imigrantes (COSTA, 2016, p. 57).

Um fato importante que deve ser mencionado é que estes imigrantes europeus acabaram por substituir em todas as ocupações os trabalhadores brasileiros, exceto nas mais subalternas, apesar de serem igualmente considerados ignorantes e de uma classe mais baixa pelas elites de seus países. Os trabalhadores brasileiros neste momento acabaram por ser ainda mais relegados a um processo complexo de marginalização.

Com base em um censo realizado em 1893 na capital de São Paulo, os estrangeiros representavam 54,6% da população total e um índice ainda maior na força de trabalho. Em 1890, foi realizado um censo na capital federal, então o Rio de Janeiro,

que especificou que 19.011 estrangeiros estavam ocupando cargos de trabalho na indústria manufatureira. Já em 1906, foi realizado outro senso ali que demonstrava que 44% das 116.092 pessoas empregadas nas ocupações industriais eram estrangeiras. Em 1913, outro senso realizado, desta vez na cidade de Santos, demonstrou que 45% dos imigrantes representavam a população total e, deste total, quase 54% de população masculina. Eram os imigrantes que dominavam os sindicatos mais poderosos e mais influentes da Capital Federal, incluindo o sindicato de trabalhadores em construção civil, o Centro Cosmopolita e a Organização dos trabalhadores de hotéis, bares e restaurantes. Esses dois sindicatos estavam à frente do movimento operário em sua fase mais ativa, de 1917 a 1920 (COSTA, 2016, p. 58-59).

Sobre esse momento da História política e econômica do Brasil, afirma Caio Prado que:

[...] esse progresso do trabalho livre foi em grande parte condicionado pela decadência do regime servil, inversamente ele acelerará consideravelmente a decomposição deste último. Pondo em evidência as suas contradições no que diz respeito à sua insuficiência, tanto quantitativa como qualitativa, irá cada vez mais minando suas bases e apontando para o caminho do futuro. Doutro lado, a presença do trabalhador livre, quando deixa de ser uma exceção, toma-se forte elemento de dissolução do sistema escravista. Por meio do exemplo e da palavra, ela conspira permanentemente contra a disciplina e submissão do escravo. Se dantes a servidão corrompia o homem livre, agora é a liberdade que corrompe o escravo. Quando os abolicionistas começam a agir nas fazendas, pregando a revolta e a fuga dos cativos, seus principais colaboradores serão os trabalhadores livres que levam aos escravos o exemplo e a palavra benfazejos da liberdade. (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 191).

O Brasil República se deparou, nesta altura, com um processo de urbanização rápido devido a está mudança no cenário social. Foram muitas transformações socioeconômicas, urbanísticas, físicas e demográficas. E em meio a tanta movimentação, era natural que as relações de trabalho também se modernizassem, até porque era comum o fato de existir nas comunidades de imigrantes – que integravam a força de trabalho – pessoas que já haviam participado em lutas operárias na Europa antes de haverem migrado à procura de melhores condições de vida. E devido aos conflitos e choques culturais em todos os seus aspectos, como, por exemplo, o da língua, muitas foram as dificuldades de participação e organização dos movimentos operários: tanto a integração com os nacionais ficava prejudicada, quanto a integração entre os próprios imigrantes.

4.2. As opressões e perseguições ao movimento operário

Dentre muitos episódios de repressão que marcaram essa nova fase no país, no que diz respeito a luta dos trabalhadores, um ato que foi muito marcante foi a greve da ferrovia Companhia Paulista, em 1906. Quando os primeiros relatórios sobre a greve chegaram à capital de São Paulo, o Governo do Estado colocou centenas de policiais civil e militares para conter o Movimento Grevista que havia sido iniciado pelos operários. Foi dado um prazo de 24 horas a Companhia Paulista para que os grevistas se retirassem das suas instalações; e, durante o percurso da Greve, a polícia invadiu e fechou os escritórios centrais de diversos sindicatos de São Paulo, Santos, Rio de Janeiro e Jundáí, prendendo ou fazendo com que desaparecessem líderes grevistas. Até mesmo a Faculdade de Direito de São Paulo foi fechada devido a participação ativa dos estudantes nos movimentos (COSTA, 2016, p. 67-68).

As greves, que vinham a comprometer toda a estabilidade social até então vigente, eram vistas pelas elites sociais como rebelião e o tratamento dispensado as mesmas correspondia a essa realidade. Era clara a investida do governo contra aqueles trabalhadores. Foram inúmeras as atrocidades cometidas pelos empregadores contra os eles naquela altura. O Brasil era um país que vinha de uma forte cultura escravista na economia e a entrada de tantos trabalhadores e trabalhadoras livres – e que, particularmente no caso do imigrante europeu não precisou de um período probatório, como o ex-escravo, para tomar consciência da sua condição (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 214) – causou uma série de conflitos e mudanças dentro daquele sistema.

Esses conflitos foram com o tempo se agravando porque acontecia que, em regra, os fazendeiros que estavam habituados ao antigo regime servil, tentavam transpor aquela lógica para os trabalhadores livres. E, como afirmou Caio Prado, no caso dos trabalhadores europeus, os atritos chegaram a ter muita repercussão em seus países de origem – como, por exemplo, na Itália, que nesse período representava a maior porcentagem do contingente imigratório –, obrigando os seus governos a intervirem em favor de seus nacionais (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 214).

Essa situação terá grande importância na evolução da legislação brasileira; em particular no estado de São Paulo, o grande receptáculo da imigração estrangeira. A administração pública ver-se-á forçada a adotar medidas de proteção ao trabalhador rural contra os excessos de seus patrões que estavam comprometendo o bom nome do país e a continuidade das correntes

imigratórias de tão grande importância para a sua prosperidade. (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 214).

Outro ponto importante é o do papel da imprensa naquela altura. A mídia relatava majoritariamente a versão da Polícia e dos empregadores sobre os acontecimentos, sendo muito tímida a cobertura sobre a real versão das situações ocorridas durante as greves, que muitas vezes eram pormenorizadas, fazendo com que ainda hoje seja difícil avaliar a real extensão das manifestações (COSTA, 2016, p. 68).

A elite brasileira, entretanto, criou diversos recursos que pudessem lhes ajudar a reprimir a situação, tendo “como uma das armas mais fortes de coerção aos trabalhadores, o instrumento da deportação de ativistas operários enfraquecendo o sindicalismo brasileiro por ser um movimento constituído exclusivamente de trabalhadores estrangeiros” (COSTA, 2016, p. 70). A deportação tinha vantagens sobre os julgamentos dos tribunais por ser mais rápida, eficiente e menos sujeita a recursos jurídicos.

Em 1907, o deputado Adolfo Gordo propôs a uma lei – conhecida por “Lei Adolfo Gordo” ou “Lei de 1907” –, promulgada durante o governo de Afonso Pena, que vinha a serviço da repressão aos movimentos operários quando trazia em seu texto, dentre outras coisas, a proposta de expulsão de estrangeiros que estivessem envolvidos em greves. O problema é que, mais uma vez, todo um sistema estava ali para corroborar com a vontade dos grandes proprietários e, sendo assim, não foram poucos os casos das deportações embasadas em frágeis acusações construídas nos relatórios policiais.

4.3. A sindicalização irregular, a conspiração estrangeira e as lutas de resistência proletária

O Movimento Operário viveu uma fase em muitas variáveis atingiam diretamente a sua atuação, fosse a sindicalização irregular ou mesmo a ideia implantada pela elite industrial de uma conspiração estrangeira. Mas mesmo com todos os percalços, a capacidade de trazer melhorias salariais e melhores condições de trabalho fazia com que a atuação sindical pudesse se destacar.

Um dos primeiros a conquistarem a jornada de trabalho de oito horas, a conseguirem um aumento salarial de R\$ 4.500 a R\$ 7.500 réis por dia, foram os sindicatos da construção civil. Eles se tornaram a força propulsora do movimento

operário não só no interior de São Paulo como também na própria capital do Estado e no Rio Grande do Sul. “Demonstravam força em suas conquistas, mas possuíam seus pontos fracos aliados a um índice de sindicalização irregular” (COSTA, 2016, p. 76).

Outro setor que ganhava muita força e dimensão com o passar do tempo era o setor da indústria têxtil.

Era uma indústria dominada por grandes empresas, possuindo milhares de empregados em suas diversas unidades. Estima-se que em 1920, no Rio de Janeiro, 17.641 dos 19.264 operários têxteis trabalhavam em fábricas com 100 ou mais empregados. No Estado de São Paulo, 11.186 dos 34.825 operários trabalhavam em fábricas com 1.000 empregados ou mais, e 29.243 do total, em fábricas com 200 ou mais. (COSTA, 2016, p. 77).

Mas nesse contexto, os industriais desse ramo podiam suportar as longas greves porque muitas vezes contavam com ajuda policial para reprimi-las e, também, era comum que os empregadores, para manter o funcionamento das fábricas, aceitassem que aqueles trabalhadores que não participavam das greves continuassem a trabalhar. Isso não era incomum porque não eram poucos os trabalhadores que escolhiam não participar das greves devido ao medo de não encontrar outra oportunidade de trabalho, já que dentro dessa indústria os grandes proprietários costumavam produzir as chamadas “listas negras”. Ainda assim, é sabido que o sindicato têxtil realizou muito mais greve do que os outros sindicatos da altura (COSTA, 2016, p. 77).

Depois de muitos anos aqui, os imigrantes começaram a perceber que aquela ideia inicial de fazer riqueza em terras brasileiras e depois voltar para o seu país, ou até mesmo aqui ficar, porém com boas condições de vida, estava cada vez mais distante. Havia muitos problemas trabalhistas no país que não os permitia crescer financeiramente ou sonhar com uma vida melhor. O trabalhador estrangeiro de uma forma ou de outra acabou por se integrar àquela sociedade e, passado anos de sobrevivência a base de baixos salários, contanto ainda, de 1913 a 1917, com muitas inflações e instabilidade econômica, chegou à conclusão de que se organizar era essencial para sobrevivência.

A miséria e a pobreza foram o impulso necessário para a explosão de greves ocorridas a partir de 1917, onda de greves esta que durou até 1920. Foi um período que deu muita força aos sindicatos e que “incentivou dezenas de trabalhadores para que participassem das atividades que visavam melhores condições de emprego” (COSTA, 2016, p. 80).

Por outro lado, por parte das elites brasileiras, o que acontecia era que, em nome da criação de uma proteção em torno daquela classe, se foi criado, até mesmo com a ajuda da mídia, uma espécie de campanha nacional que apelava para o instinto patriota brasileiro. Era muito falado que o trabalhador estrangeiro estava ali querendo provocar uma revolução social, trazendo ideais anarquistas para o país e que controlavam os sindicatos em prol disto. O intuito era enfraquecer aquela organização fazendo com que houvesse uma divisão dentro da classe trabalhadora: queriam estrangeiros de um lado e brasileiros de outro. “Do ponto de vista doutrinário, os anarquistas se opunham ao nacionalismo pregado, mas tiveram que se aliar para poder contra-atacar a campanha nacionalista” (COSTA, 2016, p. 83).

4.4. O Anarquismo dentro do Movimento Operário

Os anarcossindicalistas representavam no Brasil a linha mais forte do movimento operário. Foi a imigração italiana que, em grande parte, ajudou a entender a relação entre o anarquismo e os trabalhadores brasileiros, pois foi esta a força política hegemônica no Movimento Operário Italiano.

E, reza a boa tradição revolucionária, um anarquista italiano, ao imigrar, transformava-se num missionário dos ideais libertários. Os ideais desse grupo também desembarcaram na bagagem dos imigrantes espanhóis e portugueses, os quais assumiram papel decisivo na orientação política do movimento operário que crescia igualmente no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Anarquista é aquele que se propõe a criar uma sociedade sem Estado, formada por comunidades autogeridas cujo cotidiano é orientado pelos princípios da liberdade, da livre experimentação, da solidariedade e da fraternidade. (SCHWARCZ, 2015, p. 335).

Para os anarquistas, as leis representam uma forma de reafirmação da tirania das elites, o que se torna óbvio a partir do momento em que se é tentando insurgir contra ela e o uso da força, da coação, da polícia é necessário para reprimir aquela manifestação. Na sociedade anarquista, o uso desse tipo de força não se faria necessário, já que os participantes livres teriam de agir de acordo com a solidariedade e fraternidade.

No Brasil, os anarquistas conseguiram se organizar entre os operários através de associações de luta e de reivindicações, que estavam voltadas para a melhoria da condição do trabalho. Como lembram Lilia Schwarcz e Heloisa M. Starling, para atingir aqueles fins de propagação de ideais, foram criadas diversas publicações, a exemplo

d'O Amigo do Povo, A Voz do Trabalhador, A Terra Livre, A Plebe, A Lanterna (2015, p. 335).

A classe operária tomou-se um novo protagonista na vida pública do Brasil. Os operários se organizaram em sindicatos, federações sindicais e diferentes tipos de organizações, e rapidamente chegaram à criação de uma central sindical de orientação anarquista — a Confederação Operária Brasileira (COB), criada em 1906. (SCHWARCZ, 2015, p. 336).

A violência era uma ferramenta aceitável dentro daquele movimento, o que diferenciava o anarcossindicalismo das demais formas de anarquismo que existiam aqui na altura. Era incentivada a destruição das máquinas da fábrica como forma de atingir mais brutalmente os grandes donos dos negócios. Um trabalhador era mais facilmente substituído do que um equipamento. Entretanto, apesar de propagado, o uso da violência, em verdade, raramente isto era usado no Brasil (COSTA, 2016, p. 88).

Em 1906 foi realizado o Primeiro Congresso Operário, sendo um marco na história do movimento no país, já que foi a partir dele que o movimento passou a ser dominado pelo sindicalismo revolucionário. Foi um Congresso marcado por um clima pacificador, o que não estava sendo esperado pelos jornalistas e pela polícia, que tinham expectativas produzir relatos do horror.

A realização daquele primeiro congresso trouxe importantes resoluções para a organização da classe operária na altura, como por exemplo: muitos votaram em prol da consolidação do preceito fundamental do sindicalismo revolucionário de que os sindicatos seriam órgãos de resistência econômica e deveriam se abster de envolvimento no processo eleitoral e nas questões religiosas; foi aprovada a proposta de que um operário não poderia receber um salário por trabalhar no sindicato, e que, se recebesse, seria por condições especiais uma remuneração cujo valor fosse a baixo do seu salário; importante também foi o estabelecimento da criação da chamada Federação Nacional Operária, conhecido por Confederação Operária Brasileira (COB) (COSTA, 2016, p. 95-96).

A COB só entrou em funcionamento dois anos depois e tinha sua atuação restrita ao Rio de Janeiro, mantida por um pequeno grupo de militantes. Em sequência ao primeiro congresso houve um momento de enfraquecimento do movimento, marcado por algumas pequenas greves que não tiveram de todo grande expressão, mas, em 1912, foram deflagradas algumas greves em São Paulo que trouxeram o sentimento de reativação do movimento.

Foi nesse contexto que se realizou o Segundo Congresso Operário, em 1913, também na cidade do Rio de Janeiro. No momento da realização, o que se podia observar era que o trabalho organizado estava entrando em declínio, decorrência direta da crise econômica que enfraquecia a indústria e o comércio brasileiro. Muito se questiona em qual ponto da história exatamente o anarcossindicalismo teve seu declínio, haja vista o seu grande impacto nas lutas operárias brasileiras.

4.5. As reais condições dos trabalhadores durante a primeira fase do Movimento Operário

Não resta dúvida a respeito da baixa importância que o governo brasileiro dava a classe operária, ainda naquela altura. Apesar do progresso alcançado pela economia do país, que contou, como já foi dito anteriormente, com a habilidade técnica do trabalhador imigrado – que em muito se diferenciava no trabalhador nacional que acabara de se “desligar” da fase da escravidão –, eram poucos os homens operários que ganhavam o suficiente para manter uma vida com o mínimo necessário para cuidar da família.

A Liga de Resistência dos Pedreiros de São Paulo, importante órgão de classe, afirmava que em 1909, um pedreiro médio contava com 188 dias anuais de trabalho. Os feriados, as doenças, os períodos de desemprego causados pelo mal tempo, pela falta de material de construção e pela redução na produção tomavam os restos dos dias úteis. Os sacrifícios deveriam ser feitos em busca de sobrevivência, sendo comum que mulheres e crianças, estimulados pelos homens, fossem trabalhar fora para tentar igualar as despesas e fazer economia. [...] A situação do trabalhador brasileiro nos anos seguintes piorou aliada a alta de preços, salários congelados e reduzidos. Com base no estudo realizado pelo industrial Roberto Simonsen em 1930, o custo de vida em 1916 era 16% mais alto em 1914, e os salários haviam aumentado apenas 1%. (COSTA, 2016, p. 102).

Naquela altura a perda salarial dos operários era constante. Por exemplo, podemos observar os salários da indústria têxtil, que teve um déficit crescente ao longo daqueles anos. E o problema não eram só no campo da remuneração, as condições de trabalho também eram ruins. O apreço pelas máquinas era muito maior do que pelos trabalhadores.

Um dos relatórios encaminhados ao Segundo Congresso Operário, ocorrido em 1913, demonstrava que centenas de operários não podiam sequer abrir as janelas das

fábricas, pois os industriais consideravam que isto poderia ocasionar em perda de tempo de trabalho caso os trabalhadores perdessem tempo a olhar para a rua. As condições impostas pelos empregadores não forneciam condições mínimas de trabalho aos operários. As crianças eram as que mais sofriam com as condições estabelecidas nas fábricas, sendo muito alto o índice de tuberculose na maioria delas, que ainda estavam expostas a uma série de castigos físicos que lhes eram aplicados (COSTA, 2016, 105).

Por fim, as condições precárias as quais estavam submetidas nas indústrias se estendiam para as próprias casas dos trabalhadores, que viviam muitas vezes em péssimas condições de higiene, suscetíveis a diversas doenças. A miséria e o abandono foram marcantes para muitos nesse período da nossa história.

5. O DECLÍNIO DO MOVIMENTO OPERÁRIO

Foram muitos os eventos que demonstraram a força do sindicalismo da luta operária. Apesar das inúmeras adversidades, como vimos anteriormente, o movimento promoveu a sua continuidade com a organização do Congresso Operário de 1906, com as grandes greves de São Paulo e do Rio de Janeiro em busca de melhores condições de trabalho para aquela vasta quantidade de trabalhadores da altura.

O problema maior começou a aparecer quando os operários, não vendo uma resposta imediata devido aos problemas que lhes apareciam no caminho e também a violência usada pelo Estado para combater qualquer progresso que eles tentavam, começaram a desinteressar em fazer parte das associações.

Os trabalhadores das Docas de Santos, em 1908, apesar do forte declínio do movimento em outras partes do país, tentavam manter uma constante evolutiva na luta trabalhista, pleiteando a fixação da jornada de oito horas de trabalho. O escoamento da produção de café ali não podia parar, mas os trabalhadores das Docas possuíam um forte espírito de resistência (COSTA, 2016, p. 110). Fizeram uma greve e esta foi além das suas fronteiras quando tiveram a adesão da Federação dos Operários de São Paulo (FOSP). A repressão continuava muito forte e já no declínio da greve “o governo, por meio de seu Ministro dos Transportes, sugeriu que o governo se responsabilizasse pelo reajuste salarial sendo cancelada a greve já em seu declínio” (COSTA, 2016, p. 110).

A greve das Docas foi uma demonstração de o movimento operário, mesmo já em seu declínio na altura de 1908, não se extinguiu de todo. Ainda, depois de declarada o fim daquela, uma nova greve foi declarada, tendo em vista que os trabalhadores de Santos não haviam conquistado tudo que desejavam, mas esta foi combatida, como sempre fora todas as greves, de modo bastante violento pela polícia. E, mais uma vez, sem suportar a pressão militar e econômica durante a nova paralisação, os operários acabaram por voltar ao trabalho.

Diz-se que a principal causa da paralisação do movimento operário foi consequência da Primeira Guerra Mundial, com o bloqueio imposto pelos britânicos que fez com que o Brasil perdesse contato com importantes compradores dos seus produtos, no caso a Alemanha, a Áustria, e a Bélgica.

Em 1916, com a abertura e novos mercados, a indústria brasileira entrou em nova fase de prosperidade... (mas) apesar do forte avanço os índices de desemprego permaneciam e, para reativar o proletariado, os organizadores

recorreram a demonstrações contra o trabalho da criança e tantas outras questões inerentes à classe trabalhadora, como por exemplo, o alto custo de vida imposto ao trabalhador. (COSTA, 2016, p. 111).

A classe operária, então, estava vendo diante de si uma nova fase de crescimento na economia que, entretanto, não vinha acompanhada das suas demandas dentro do movimento. É assim que, entre os anos de 1917 e 1920, começa um novo ciclo de greves e os sindicatos voltam a ser criados nas principais cidades do país, principalmente, como afirma Boris Fausto, Rio de Janeiro e São Paulo. O autor ainda segue afirmando que:

Na raiz desse ciclo estavam dois fatores: primeiro, o agravamento da carestia, em consequência das perturbações causadas pela Primeira Guerra Mundial e pela especulação com gêneros alimentícios; segundo, a existência de uma vaga revolucionária na Europa, aberta com a revolução de fevereiro de 1917, seguida da Revolução de Outubro do mesmo ano, na Rússia czarista. (FAUSTO, 2012, p. 256-257).

Foi com o assassinato de um trabalhador chamado Antônio Martinez, na altura com vinte e um anos, durante uma manifestação em frente a fábrica Mariângela, que as ações se intensificaram até atingirem uma greve geral. Os relatos dos jornais nos permitem observar que, naquela altura, as ruas e as manifestações dos trabalhadores se tornaram extremamente violentas e muito graças as fortes investidas policiais para conter o sentimento de revolta que assolava todos os trabalhadores.

É no curso da greve que se forma o Comitê de Defesa Proletária. “De seus seis principais membros, todos líderes sindicais e de associações populares, cinco (...) representam a liderança anarquista articulada; o sexto membro era o socialista Teodoro Monicelli” (ADDOR, 1986, p. 117-118 *apud* COSTA, 2016, p. 114). O Comitê, então, enviou uma comissão que era composta por seis delegados com o intuito de negociarem os pleitos dos trabalhadores para que as manifestações e a greve pudessem ter fim, pleitos esses que foram acatados e, dentre outras coisas, os industriais cederam a exigência de recontração dos grevistas e ao aumento salarial de 20% exigido pelos operários, sendo marcada uma data a cada mês para o pagamento da remuneração.

A deflagração das greves em São Paulo e no Rio de Janeiro naqueles anos foi um forte impulso para uma maior organização do movimento operário na altura. Era muito forte o clamor por uma nova legislação social mais abrangente que abordasse uma maior proteção ao trabalhador e também ao emprego de mulheres e crianças (COSTA, 2016, p. 115).

5.1. A questão da legislação social, a forte repressão do Estado e a perda de força da luta operária

Como já era habitual, o Estado, aliado aos industriais, agia sempre no sentido de reprimir o movimento operário, e naquele momento as ameaças de fechamento dos sindicatos caso os anarquistas não fossem expulsos era crescente. Muitos voltaram a ser deportados, a exemplo de cinco dos principais membros do Comitê de Defesa Proletária: Edgard Leuenroth, Antônio Duarte Candeias, Teodoro Monicelli e Francisco Cianci.

Assim, no Rio de Janeiro, a Federação Operária iniciava uma nova greve, liderada pelos operários da Indústria Têxtil, e também uma campanha a favor da restauração dos sindicatos e contra a crescente onda de inflações que assolava o país. As reivindicações dos trabalhadores, mais uma vez, vinham em prol da melhoria das condições de trabalho, e, como sempre, foram de pronto negadas pelos industriais, sendo deflagrada uma nova greve geral para que toda indústria têxtil fosse paralisada. Entretanto essa greve foi desastrosa para o movimento porque “as fábricas estavam com uma grande capacidade de armazenamento e, conseqüentemente, não necessitaria ceder às exigências dos grevistas” (COSTA, 2016, p. 117), e a polícia, aproveitando-se da situação realizou prisões em massa dos líderes dos movimentos e também um fechamento de vários sindicatos.

O fato é que todo país já vinha sentindo uma forte necessidade de que houvesse ou fosse criada, a partir dali, uma legislação protetiva para o trabalhador, tendo em vista a pouca legislação existente até o momento, no que dizia respeito ao tema e que Raquel de Azevedo afirma se resumir a: proibição do trabalho do menor de 12 anos (1891, no Rio de Janeiro; 1911 e 1917, em São Paulo); reparação de acidente de trabalho pelo sindicatos (em 1907); aposentadoria e pensões para ferroviários (em 1890) e telegrafistas (em 1904); contrato de trabalho (em 1906 e 1916); e, por fim, direito a férias anuais para funcionários públicos (em 1890) (AZEVEDO, 2002, p. 273). E assim, em 1919, é promulgada no país a primeira legislação social que viria a servir, basicamente, como uma compensação para os trabalhadores, tendo alguns pontos importantes como a concessão espontânea da jornada de oito horas e ao direito de folga no dia 1º de Maio (COSTA, 2016, p. 118).

Ainda naquele ano houve algumas manifestações, a exemplo da ocorrida na Praça Mauá, Rio de Janeiro, onde se reuniram 60.000 trabalhadores, e muitas delas

ainda reproduziam os ideais anarquistas. Esses ideais, por sua vez, ainda naquela fase, estavam longe de serem dissociados da luta do operariado, ditando muitas vezes os caminhos que este movimento seguiria.

Como a esta altura deve estar muito claro, enquanto o movimento prosseguisse tomando força, maior era a repressão por parte do Estado, pelas mãos da polícia, por parte dos industriais, que contavam com a ajuda daqueles e, por fim, por parte da mídia. A imprensa, inclusive, teve uma atuação decisiva quando, já no governo de Epitácio Pessoa, este tomou providências para acabar definitivamente com o movimento operário, servindo-lhe a imprensa no sentido de contagiar a população com a falsa ideia de que as manifestações e deflagrações de greves eram sinais claros de uma suposta conspiração estrangeira para controlar o país, apelando assim para o lado mais nacionalista dos brasileiros (COSTA, 2016, p. 119).

Sendo assim, todo poder estava do lado do Estado, que direcionava suas forças para acabar por completo com o movimento operário. O congresso concedia muito poder ao governo federal para que este pudesse dissolver os sindicatos que estivessem envolvidos em atos considerados prejudiciais ao poder público. A campanha antissindicalista era exaustiva.

O movimento operário anarquista se deparava agora com um momento muito delicado da sua história, uma nova realidade que tornava para eles árdua a tarefa de reorganizar o movimento, que agora contava com a participação de novos indivíduos, pessoas mais jovens e que há muito já haviam perdido o contato com os grandes líderes do início, muitos deles deportados, outros já mais velhos e sem a mesma disposição para continuar aquela luta que, de certo, era muito arriscada (COSTA, 2016, p. 121-122). Mas, o que não se pode negar é que o anarquismo foi que deu estrutura ao movimento operário brasileiro em seu princípio, sendo este um movimento que mobilizou uma gama de trabalhadores que lutaram juntos por melhores condições de trabalho e de vida.

6. A CRIAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO E A SUA INFLUÊNCIA NO FIM DO ANARCOSSINDICALISMO E DO ANARCOCOMUNISMO

Como já vimos, é no começo da década de 1920 que surge uma forte crise dentro do interior do movimento anarquista. Neste sentido, o historiador Boris Fausto segue afirmando:

Ela foi consequência principalmente de dois fatores. Os poucos resultados obtidos pelas greves, apesar de seu ímpeto, abriram caminho para as dúvidas sobre as concepções anarquistas. Ao mesmo tempo, no plano internacional, chegavam ao Brasil notícias da ruptura entre os anarquistas e os comunistas que tinham triunfado na Rússia. A Revolução de Outubro de 1917 parecia anunciar a “aurora de novos tempos”, e as correntes de esquerda que lhes faziam restrições aparentemente “iam contra a marcha da História”. Nasceu assim em março de 1922 o Partido Comunista do Brasil, cujos fundadores, em sua maioria, provinham do anarquismo. Essa origem foi excepcional na América Latina, onde praticamente todos os partidos comunistas resultaram de cisões do Partido Socialista. (FAUSTO, 2012, p. 260).

O Anarquismo naquela altura tinha, para além do Anarcossindicalismo, outra vertente que também esteve presente no Brasil, que era o Anarcocomunismo e entre ambas, não eram poucas ou simples as diferenças.

Para começar, o anarcossindicalismo imputava ao sindicato a função de meio propagador das suas ideias, sendo também um “instrumento de atuação dos libertários no seio da população trabalhadora” (COSTA, 2016, p. 127); enquanto os anarcocomunistas viam-no como potencial desviador do foco da sua luta. Para estes, a transformação social se daria por meio da ação direta, que, por sua vez, seria possível a partir do momento em que o proletariado estivesse “educado” politicamente, palavra esta que nos leva a outro ponto importante de diferenciação. Enquanto os anarcossindicalistas, e os anarquistas de um modo geral, veem a política e os partidos como instituições que teriam um grande potencial de hierarquização, ou seja, de geração de novas desigualdades, os comunistas veem a questão política como ponto basilar, exercendo o partido a principal função de todo movimento, ou seja, é através dele que o proletariado está sendo representado.

No que diz respeito ao contexto internacional, chegavam ao Brasil notícias da ruptura entre anarquistas e comunistas, consequência direta do triunfo da Rússia na Revolução de 1917. E em 1922, é criado o Partido Comunista do Brasil (PCB), que em

quase toda a sua história atuou na ilegalidade, sendo importante ressaltar que muitos dos seus membros eram advindos do movimento anarquista.

A história do PCB está até certo ponto ligada ao início do Movimento Tenentista, que assim ficou conhecido por ter como principais figurantes o nível intermediário do Exército brasileiro, ou seja, Tenentes e Capitães; que se uniram para derrubar o governo da República, cujo presidente na altura do início das revoltas já era Arthur Bernardes (FAUSTO, 2012, 263).

Há uma história do tenentismo antes e depois de 1930. Os dois períodos dividem-se por uma diferença essencial. Antes de 1930, o tenentismo foi um movimento de rebeldia contra o governo da República; depois de 1930, os “tenentes” entraram no governo e procuraram lhe dar um rumo que promovesse seus objetivos. (FAUSTO, 2012, p. 263).

De 1922 até 1927, os Tenentes do Exército protagonizaram algumas revoltas que foram pouco a pouco se tornando responsáveis pela aproximação dos seus líderes com os membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Na altura da insurreição ocorrida em 1922, conhecida como insurreição do Forte de Copacabana:

Maurício Lacerda, político dissidente da pequena burguesia do Rio de Janeiro e conspirador da Revolta Militar, foi incumbido de fazer chegar nas mãos de um jornalista e chefe operário (o militante comunista Everardo Dias) vários cargos de dinamite, pois o líder operário e seus companheiros iriam colaborar com a agitação as ruas, auxiliando a ação militar quando esta explodisse contra Eptácio. Entretanto, é com a rebelião de 1924 que as articulações entre líderes tenentistas e militantes comunistas tornam-se mais efetivas. Em resposta aos acenos militares em sua direção, emissários do PCB, em nome do CCE, prometem ajuda aos revoltosos, mas sob certas condições: direção independente do PCB no movimento militar; ampla liberdade de propaganda e agitação para os comunistas; e que fossem devidamente consideradas as reivindicações específicas do proletariado urbano e dos trabalhadores rurais. (ZAIDAN, 2011, p. 37-38 *apud* COSTA, 2016, p. 129).

É assim que podemos dizer que a história do Movimento Operário no Brasil, a partir daquele momento, passou a estar mais ligada ao Partido Comunista Brasileiro. Outro ponto que também contribuiu para o declínio da predominância do anarcossindicalismo, foi a tática adotada pelos comunistas, que ao se organizarem em um partido político buscaram uma maior disciplina e centralização para o proletariado, tentando assim submeter ao seu controle os sindicatos tanto para construir entre os operários uma atuação político-parlamentar como também para subtrair deles os resquícios de influências ideológicas de outras correntes (ZAIDAN, 2006, p. 20 *apud* COSTA, 2016, p. 131).

Como nos esclareceu Edgar Rodrigues, os líderes do PCB naquele momento tentavam convencer os anarcossindicalistas de que o caminho a se seguir para chegar mais rápido a revolução social, seria o caminho da Rússia; e faziam-no com tanta intransigência que não foram poucas as vezes que houve tumulto e violência dentro de suas reuniões. Sendo assim, afirma o autor que essa “guerrinha” entre eles acabou por produzir mais males, contribuindo muito mais para o enfraquecimento do movimento operário do que toda repressão do Estado, do que as deportações e expulsões dos antigos líderes, enfim, muito mais do que toda a investida do governo brasileiro para aniquilar a força do proletariado (RODRIGUES, 1976, p. 33-34).

7. O SINDICALISMO E AS SUAS TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS: A RETOMADA DO ANARCOSSINDICALISMO

O Direito do Trabalho surgiu a partir das lutas operárias, o que quer dizer que os pressupostos desse ramo não vêm a partir de experiências legislativas, mas sim dos movimentos coletivos organizados e das lutas emancipatórias e contra hegemônicas (COSTA, 2016, p. 165). Foi organizado dogmaticamente pelo Estado Moderno, que, por sua vez, é resultado direto do conflito entre duas classes: a burguesia, que intencionava firmar sua hegemonia no mundo, e o proletariado.

Como afirma o Professor Everaldo Gaspar Lopes de Andrade, o Direito do Trabalho é um produto das lutas operárias, do seu poder e da sua capacidade organizativa. As relações sindicais estão acima das relações individuais, ou seja, estas decorrem daquelas e não o contrário, sendo um problema para o discurso jurídico-trabalhista a inversão desta lógica, a preponderância das relações individuais sobre as coletivas.

De acordo com o autor (ANDRADE, 2005, p. 91-94 *apud* COSTA, 2016, p. 166), alguns pontos são importantes para entendermos o atual descompasso do sindicalismo e a perda de sentido deste na sociedade contemporânea:

- a) A verticalidade do fenômeno associativo centrada na dicotomia operário-patrão;
- b) A predominância atual do setor de serviços, que é pulverizado e fragmentado;
- c) O desemprego estrutural e as distintas formas de trabalho e rendas que surgiram na sociedade pós-industrial;
- d) A não utilização dos meios de comunicação disponíveis para aglutinar todas essas variáveis no mundo global;
- e) E, por fim, a não utilização dos métodos e técnicas organizacionais, com o intuito de compreender a cultura e o poder das organizações e enfrenta-las.

O sindicalismo contemporâneo vai de encontro com suas raízes históricas ao se tornar prioritariamente reformista. Deixa, então, de cumprir o seu papel a partir do momento que em que se volta apenas para os trabalhadores formais. Acontece que “o Direito do Trabalho não está mais inserido na velha dicotomia indústria e trabalhador assalariado, é necessário redefini-lo” (COSTA, 2016, p. 166). É necessário que haja uma visão mais horizontal do tema hoje em dia e um compromisso com a sociedade do

trabalho de um modo geral, sendo também necessário que as organizações sindicais assumam compromissos a nível da defesa do Meio Ambiente, o combate à pobreza, à miséria, às políticas ultraliberais, contra a corrupção.

O consequente avanço do Desemprego Estrutural, que reduziu significativamente o número de filiados em sindicatos e promoveu uma retratação brutal do movimento reivindicativo neutralizando o discurso sindical, promove segundo o sociólogo Ricardo Antunes uma crise de desfiliação gerada pelo medo do desemprego. Aponta-se, assim, uma verdadeira crise do sindicalismo contemporâneo, juntamente com a presença de um mercado global de poder descentralizado. (COSTA, 2016, p. 167).

Vive-se hoje alguns dilemas de uma sociedade pós-moderna em um contexto desemprego estrutural, o que só evidencia o atraso do sindicalismo tradicional obreirista, que se tornou obsoleto quando confrontado com a realidade atual. O sindicalismo deve se tornar cada vez mais internacional – norteado na emancipação humana e que reconheça o homem como um ser social – para agir contra a globalização do neoliberalismo, construindo assim uma rede de solidariedade entre todas as regiões.

O que não pode ser negligenciado pela doutrina é que, assim como a classe burguesa se estabeleceu como classe hegemônica a partir do seu caráter universalista (ANDRADE, 2014, p. 144), a luta operária tem que ter um caráter político-revolucionário centrado na emancipação social que vise ser instituído em todos os espaços, e não somente em determinadas regiões ou estados, já que os movimentos sociais têm ocupado relevante papel no contexto das lutas emancipatórias em dimensão internacional.

6.1. As novas teorias dos movimentos sociais, um novo internacionalismo operário e a influência do anarquismo nos debates atuais

Os movimentos coletivos, como se sabe, partiram historicamente dos movimentos operários desencadeados nas primeiras décadas do Século XIX. A luta operária, assim, seria pautada em duas perspectivas: a primeira a ser travada no interior das organizações produtivas de conotação reivindicativa; e a segunda, de caráter político-revolucionária centrada na emancipação social que deveria ser instituída em todos os espaços (COSTA, 2016, p. 170).

A sociedade contemporânea, entretanto, apresenta diversas fragmentações e metamorfoses que vão se confrontar com essa busca pela emancipação social. Hoje, é necessário entender que as ações coletivas e os movimentos sociais devem estar envolvidos com o pensamento crítico, sendo igualmente importante a articulação dos movimentos de ação coletiva e das ações sindicais “aos demais movimentos libertários desencadeados na atualidade, que possuem a mesma natureza emancipatória e se espalham por todo planeta” (COSTA, 2016, p. 171).

Em seu livro *O Direito do Trabalho a Filosofia e na Teoria Social Crítica*, o professor Everaldo Gaspar afirma que, Carlos Montañó e Maria Lúcia Duriguetto são responsáveis por reforçar a amplitude do universo teórico e político dos chamados Novos Movimentos Sociais, apresentando uma divisão dos mesmos em três principais grupos, quais sejam: o grupo dos Acionalistas; o grupo da Esquerda Pós-Moderna; e o grupo dos Segmentos Marxistas ou Comunistas (ANDRADE, 2014, p. 148-151).

O grupo dos Acionalistas teria sido fundado por pensadores europeus não marxistas influenciados pela greve geral francesa de Maio de 1968, sendo liderado pelo sociólogo francês Alain Touraine, pelo alemão Tilma Evers, ao qual se integraria também a professora Maria da Glória Ghon. Esse grupo vem a influenciar o segundo, que é o grupo da Esquerda Pós-Moderna. Estes negam a vitalidade das organizações partidárias e sindicais e também negam a herança das bases teóricas marxistas, tendo como um dos seus principais expoentes o sociólogo Boa Ventura de Souza Santos. Por fim, o terceiro grupo que reúne os Segmentos Marxistas e Comunistas, se deslocando, estes, da dogmática stalinista, buscando incorporar ou enquadrar demandas dos Novos Movimentos Sociais às lutas de classe e às formas de organização herdadas do marxismo leninismo, ou seja, partidos e sindicatos. Seus referenciais seriam: Jean Lojkin e Manuel Castells (COSTA, 2016, p. 172).

As lutas atuais estão sendo marcadas pelo movimento de contestação e insurgência. As questões relativas ao gênero, a raça, a etnia, a religião, sexualidade, ecologia, dominam a cena política. Não se pode permitir que o particularismo das demandas intrínsecas a estes movimentos, aliadas as demandas específicas, “venham a isolar para favorecer o fechamento em práticas afastadas, e contribui-se assim para sectarismos que nada somam à luta estabelecida por tais movimentos” (COSTA, 2016, p. 173).

O anarquismo, como uma prática contestadora e pensamento político de revolta a ordem estabelecida sempre foi presente ao longo da história. Mas, de acordo com as

novas formas de enxergar os movimentos sociais, e de acordo com suas novas demandas, tem se observado um distanciamento dos formatos amparados nos modelos mais tradicionais. A sociedade contemporânea encontra-se organizada em rede, interconectada, sendo mais comum que a militância se organize, a partir disto, em ações coletivas mais casuais, através de redes de mobilização e táticas de protesto com elementos da teoria anarquista que fazem ampliar uma cultura libertária.

Diante desse novo modelo de sociedade, a delimitação dos espaços é comprometida, já que novos espaços são gerados em uma velocidade incalculável. Há uma mudança na forma de resistir às imposições do sistema capitalista que decorre diretamente dessas novas configurações, e neste sentido:

Estar-se diante de uma perspectiva de resistência que, como forma de atuação política se pauta numa identidade libertária própria do anarquismo. Neste contexto, diante de um exército de liberdade autônoma, rejeitam as incisivas do poder estatal e do capitalismo que se impõem de forma excludente e procuram romper com instituições e valores tradicionais. (COSTA, 2016, p. 176).

É inevitável, assim, que haja uma reconfiguração da luta proletária por meio de uma luta libertária diretamente ligada a teoria anarquista (COSTA, 2016, p. 178). Uma releitura do sindicato para que seja feita uma reconfiguração buscando a sua origem, sendo esta o anarcossindicalismo, se faz cada vez mais necessária. Isso porque não restam dúvidas de que as maiores conquistas trabalhistas, um dos períodos mais férteis para as mesmas, estão relacionados com as lutas operárias da década de 1920. O objetivo da luta sempre foi e continuará sendo o fim do modo de produção capitalista e a emancipação do trabalhador da subordinação da sua força de trabalho pelo capital.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação pretende registrar que a teoria jurídico-trabalhista brasileira – tanta a de raiz conservadora quanto a de raiz crítica – foi negligente e omissa, em relação à análise do primeiro movimento da história operária.

Foram exatamente dois autores da Nova Escola Jurídico-trabalhista de Pernambuco os responsáveis pela supressão desta lacuna – a professora Fernanda Barreto Lira e o professor Ariston Flávio Freitas da Costa.

A sociedade que conhecemos se desenvolveu tendo por base uma ideia fixa de que um governo, seja qual for, é necessário para manter a ordem ou conter a desordem natural dos seres humanos, noção esta que, para o Anarquismo, viria para reforçar o controle realizado pelo Estado sobre as pessoas. A teoria libertária, como vimos ao longo deste trabalho, acredita que a organização da sociedade deveria se dar de uma forma mais natural, evoluindo de acordo com o estado de cooperação mútua entre os seus integrantes.

Bakunin, um dos grandes teóricos do Movimento, afirmava que o Estado fazia uso de violência para impor os seus interesses sobre as pessoas e ainda que as modalidades de governo, fossem elas quais fossem, sempre agiam com o intuito de hierarquizar as classes e subjugar os outros.

Esse movimento influenciou diretamente a primeira fase do sindicalismo brasileiro. É um fato que, em termos de doutrina, vivemos uma realidade de, ainda, negligência do tema naquela fase específica, sendo poucos os autores que tratam do assunto. Sendo assim, o resgate histórico do Movimento Anarquista e do Movimento Operário que se desenvolveu posteriormente no Brasil, é de extrema importância para entendermos todo o nosso contexto atual dentro do ramo das conquistas trabalhistas.

Muito do ideal libertário que aqui chegou e que influenciou diretamente a organização dos trabalhadores, veio através dos imigrantes chegados ao final do século XIX, quando ainda estávamos dando os passos iniciais dentro de uma nova República. O Brasil da altura era um país de simples estrutura econômica, aonde duas classes predominavam: o proprietário rural e a massa populacional subordinada e, talvez por isso, foi longo o período que se deu entre o início das imigrações e o reconhecimento de uma realidade que demandava luta.

O Movimento Operário desde o momento em que surge e por todo o caminho que inicialmente percorreu, foi atingido por muitas variáveis que o influenciaram, seja de forma negativa, como normalmente acontecia, seja de forma positiva. A força ideológica emanada dos acontecimentos fora do país, juntamente com a necessidade dos operários que estavam aqui de obterem melhores condições dentro dos espaços de trabalho, contribuíram em grande parte para o desenvolvimento do anarcossindicalismo no Brasil. Mas, a política contra esse crescimento notório da mobilização operária era intensa e o sindicalismo nos seus primeiros anos teve de enfrentar não só a sindicalização irregular, como também as ações incisivas da polícia e a propaganda negativa disseminada pela mídia sobre o que de fato acontecia aqui.

Apesar disto, vemos que a capacidade de trazer melhorias salariais e melhores condições de trabalho fez com que a atuação sindical pudesse se destacar ao longo daqueles anos. As grandes greves que aconteceram entre 1917 e 1920 e toda conquista legislativa que foi aos poucos se tornando cada vez mais significativa foram um reflexo direto da força que o Movimento adquiriu. Os anarcossindicalistas representaram por muito tempo a linha mais forte do movimento operário no Brasil, mais forte até do que o anarcocomunismo que passou a entrar em cena no final da década de 1920. Se por um lado esses buscavam a emancipação social, a emancipação do homem, por meio da luta de classe direcionada a tomada do poder, tendo por meio a criação de um forte partido comandado pela mais elevada, por assim dizer, classe dos trabalhadores, os anarquistas também assim o queriam: queriam chegar a uma sociedade sem divisão ou exploração, rejeitando, entretanto, a ideia de luta por meio da conquista do poder por uns, o que para eles seria somente viver de uma forma diferente, mas dentro de um sistema idêntico.

Apesar de suas divergências, o mais importante é entender que ambos perseguem um só objetivo, que de maneira muito simples poderia dizer que seria o fim da sociedade como hoje a conhecemos. Ambos almejam o fim de uma sociedade que se desenvolveu centrada no modo de produção capitalista, o fim de uma sociedade dividida, de forma tão injusta, em classes... Classes estas que estão organizadas dentro de uma hierarquia e, aí, uns valem mais do que outros e os que têm mais poder subjagam aqueles que não o tem.

O desejo impresso por ambos e, que de forma muito simples tentei retratar ao longo deste trabalho, com o suporte dos que muito já estudaram sobre o tema, também é compartilhado por mim. E, por fim, espero ter cumprido ao que me propus e que muitos

também possam se unir para, juntos, avançarmos em direção a uma sociedade mais justa.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Everaldo Gaspar Lopes de. **A história da formação operária e do sindicalismo brasileiros: da experiência anarquista ao sindicalismo pós-constituente; dos novos movimentos sociais às terias dos movimentos sociais.** *Revista de Direito do Trabalho*. Vol. 163. Ano 41. P. 73-104. São Paulo: Ed. RT, maio-jun. 2015.

_____. **O Direito do Trabalho na Filosofia e na Teoria Social Crítica.** São Paulo: LTr, 2014.

AZEVEDO, Raquel de. **A resistência anarquista: uma questão de identidade.** São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política.** Vol. I. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

COSTA, Ariston Flávio Freitas da. **Os anarquistas e os imigrantes, no contexto do sindicalismo brasileiro: o resgate do anarcossindicalismo e as tendências contemporâneas.** Recife, PE, 2016.

DAMIANI, Gigi. **O Anarquismo.** In. LEUENROTH, Edgard. *Anarquismo: Roteiro da libertação social.* Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1963.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** 14. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

LIRA, FERNANDA BARRETO. *A Greve e os Novos Movimentos Sociais. Para além da dogmática jurídica e da doutrina da OIT.* São Paulo: LTr, 2008.

MARAN, Sheldon Leslie. **Anarquistas, imigrantes e movimento operário brasileiro.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

NETTLAU, Max. **História da Anarquia: das origens ao anarco-sindicalismo.** Frank Mintz (Org. e intr.) Plínio Augusto Coelho (Trad.). São Paulo: Hedra, 2008.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 2008.

RODRIGUES, Edgar. **Novos rumos: pesquisa social 1922-1946**. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1976.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Brasil: uma biografia**. Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

WOODCOCK, George. **Histórias das ideias e movimentos anarquistas: o movimento**. Vol. 2. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2006.